

***Companhia de
Desenvolvimento
Econômico de Minas
Gerais - Codemig***

***Demonstrações financeiras
em 31 de janeiro de 2018
e relatório dos auditores independentes***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de janeiro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de um mês findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig em 31 de janeiro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de um mês findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais, em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira, cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade à entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

O contexto de nossa auditoria é definido com base nas principais atividades da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG no período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018. Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, o evento mais significativo ocorrido nesse período foi a cisão parcial de suas operações, cuja parcela cindida foi assumida pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE, tendo permanecido na Companhia os negócios relacionados com a exploração de Nióbio. Nesse contexto, nossa estratégia de auditoria, bem como a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do assunto referente a avaliação do valor recuperável dos investimentos em coligadas, uma vez que esses investimentos foram vertidos para a CODEMGE.



Porque é um PAA

Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 23)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (“CBMM”).

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos a seguir:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Codemig e a CBMM, bem como a atualização sobre o entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP, e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do valor da receita do período e do saldo de contas a receber da SCP em 31 de janeiro de 2018.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita do período, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.

Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e realizamos teste de recebimento subsequente das contas a receber em aberto ao final do período referente aos valores da SCP.

Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

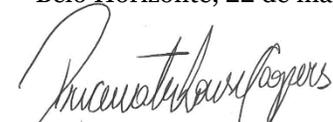
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

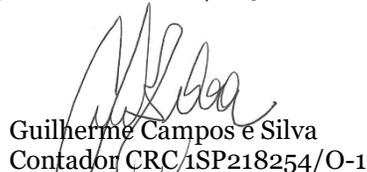
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2018



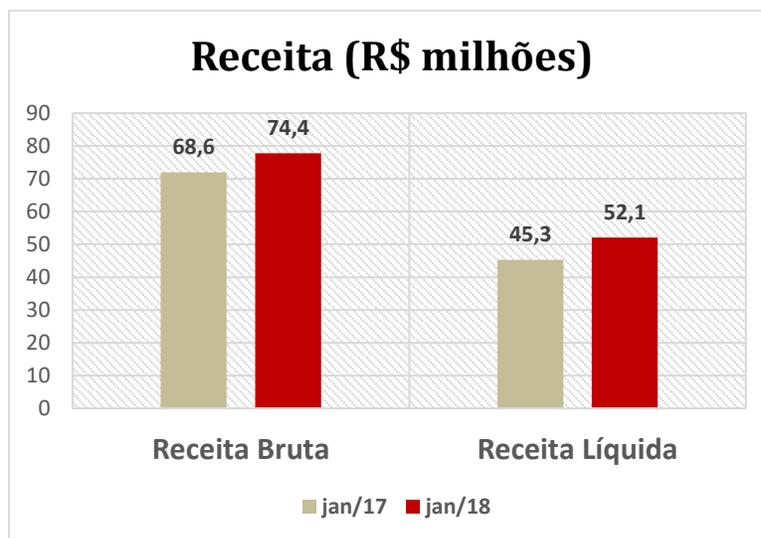
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



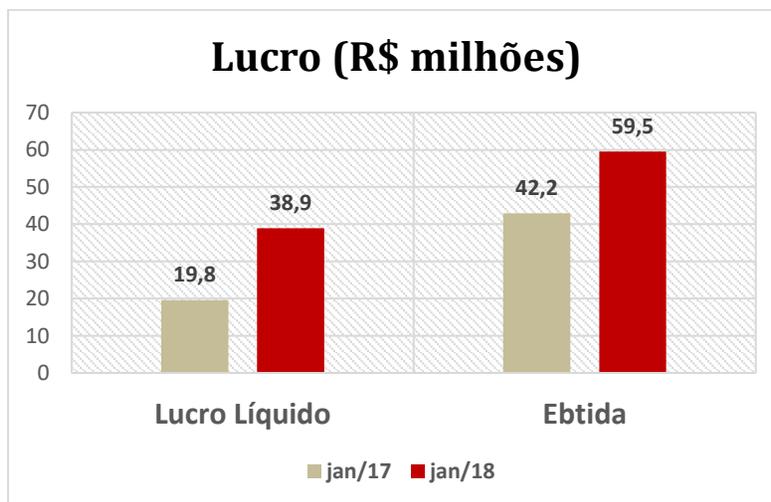
Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

JANEIRO/2018

Dados Financeiros



A receita líquida foi de R\$ 52 milhões em janeiro de 2018, variando 15,1% (R\$ 6,8 milhões) em relação a janeiro de 2017, o que reflete o crescimento de 8,4% (R\$ 5,8 milhões) da receita bruta advinda da SCP e redução de 4,5% (R\$ 1,1 milhão) do valor devido em impostos.



No mesmo período, a empresa atingiu resultado positivo de R\$ 38,9 milhões. Além do aumento das receitas com o nióbio recebidas da SCP, impactaram positivamente o lucro líquido da Codemig, o aumento de 68,8% (R\$ 744 mil) no resultado financeiro e a redução de 44,1% (R\$11,7 milhões) das operações descontinuadas, em comparação com janeiro de 2017.

A diminuição das operações descontinuadas, compostas pelas atividades assumidas desde 1º de fevereiro de 2018 pela Codemge, foi causada pela redução de 79,1% (R\$ 8,4 milhões) do gasto com convênios e de 15,7% (R\$ 2,1 milhões) das despesas gerais e administrativas, sendo esta última redução consequência do menor gasto com publicidade e patrocínio. Além disso, houve aumento de 631,3% (R\$ 909 mil) no resultado financeiro da Codemge.

As variações já citadas nas receitas e despesas geraram um aumento de 40,9% (R\$ 17,3 milhões) no Ebtida de janeiro de 2018, em relação ao mesmo período de 2017.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ mil

| | CODEMIG DEZ/2017 | CODEMGE JAN/2018 | CODEMIG JAN/2018 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| CAPITAL SOCIAL | 966.915 | 956.872 | 10.043 |
| RESERVA DE CAPITAL | 99.513 | - | 99.513 |
| AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 13.781 | 12.911 | 954 |
| RESERVA LEGAL | 47.944 | 45.935 | 2.009 |
| RESERVA DE RETENÇÃO | 537.266 | 316.814 | 220.452 |
| LUCROS ACUMULADOS | - | - | 38.927 |
| PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES | 7 | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.665.426 | 1.332.532 | 371.898 |

Após a cisão parcial da Codemig, que deu origem a Codemge, a empresa teve seu patrimônio líquido reduzido em 78,2% (R\$ 1,3 bilhões), mantendo reserva de lucro suficiente para garantir o pagamento dos dividendos propostos em 2018.

ABERTURA DE CAPITAL

O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, sancionou a Lei nº 22.828, de 3 de janeiro de 2018, autorizando o Poder Executivo a transformar a Codemig em sociedade de economia mista, voltando a ter a personalidade jurídica que possuía até 2011. Com isso, o Estado foi autorizado, no seu interesse e na sua conveniência, a alienar parte das ações da Codemig, preservando o controle estatal e resguardando o limite mínimo de 51% das ações.

A medida objetiva diversificar o capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, busca continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum. Em janeiro de 2018, foram iniciados os estudos para a abertura do capital a investidores privados, com envolvimento de diversas áreas da empresa. Ainda no período, a Codemig convidou instituições financeiras a participar do processo de seleção dos Bancos Coordenadores da Oferta de distribuição pública de ações de emissão da Codemig no Brasil, a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), com esforços de venda no exterior.

DI ARAGUARI

Em 4 de janeiro, foi assinado convênio 5348 entre a Codemig e o município de Araguari para assistência e cooperação técnica no planejamento e administração do distrito industrial da região. Com o convênio, a Codemig cede ao município a administração do distrito industrial e de todos os terrenos que o integram, facilitando, por exemplo, a instalação de empresas no local. O distrito industrial de Araguari está localizado a 5 km do centro urbano, na MG-029, e tem área total de 868.080,00 m². Ele foi implantado em 2003. Em 2015, foi lançado pelo governo estadual programa de revitalização e modernização de distritos industriais, e o de Araguari está entre os selecionados.

PATROCÍNIO

Começaram em 15 de janeiro as inscrições para o chamamento público 01/2018 (PI 489/2017) de patrocínio a projetos e eventos Codemig para o primeiro semestre de 2018. As propostas puderam ser enviadas até 31 de janeiro. O investimento de R\$ 1 milhão visa beneficiar projetos que promovam desenvolvimento econômico e social para o Estado. O resultado do certame será divulgado em 12 de março, em seu site institucional.

PARTICIPAÇÃO NA MOSTRA TIRADENTES

Durante a 21ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada entre os dias 19 e 27 de janeiro, a Codemig e o P7 Criativo promoveram, no Centro Cultural Sesiminas Yves Alves, encontros entre atores da indústria do audiovisual e da indústria criativa. A programação do Espaço P7 Criativo/Codemig contemplou encontros de negócios e palestras com distribuidores de conteúdo audiovisual, clínica jurídica com advogados especializados em gestão de propriedade intelectual, capacitação para elaboração de pitch de negócios, além de encontros sociais para promover relacionamentos entre membros do setor.

EDITAL AUDIOVISUAL

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Codemig e no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro (Prodam), lançou, em 24 de janeiro, o edital nº 01/2018 (PI 516/17) para financiar a produção cinematográfica mineira. O certame, em parceria com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e a Secretaria de Estado de Cultura, vai selecionar pelo menos 12 projetos inéditos e disponibilizar R\$ 16,5 milhões. As inscrições ficam abertas até 4 de abril de 2018. O edital está publicado no site da Codemig.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balanço patrimonial Em milhares de reais

| Ativo | Notas | 31/01/2018 | 31/12/2017 | Passivo | Notas | 31/01/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|-------|----------------|------------------|----------------------------------------------|-------|----------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 345.155 | 402.165 | Contas a pagar | 16 | 39.090 | 270.197 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 22.260 | 295.911 | Empréstimos e financiamentos | 17 | 116.541 | 116.193 |
| Contas a receber | 7 | 78.899 | 71.242 | Tributos a recolher | 18 | 1.967 | 4.192 |
| Dividendos a receber | 8 | 1.121 | 1.515 | Salários e encargos sociais | 19 | 1.575 | 12.540 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 9 | 6.698 | 9.647 | Dividendos a pagar | 22 | 1 | 3 |
| Outros ativos circulantes | | - | 279 | Outras contas a pagar | | - | 2.565 |
| Partes relacionadas | 15 | 14.672 | - | Partes relacionadas | 15 | 78.899 | - |
| Total do ativo circulante | | 468.805 | 780.759 | Total do passivo circulante | | 238.073 | 405.690 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 20.000 | 20.000 | Contas a pagar | 16 | - | 4.180 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 9 | 1.355 | 14.941 | Empréstimos e financiamentos | 17 | 207.670 | 217.395 |
| Depósitos judiciais | 10 | 929 | 17.124 | Adiantamentos recebidos | 20 | 83.438 | 84.512 |
| Estoque de imóveis a comercializar | 11 | - | 30.495 | Imposto diferido | | 360 | 339 |
| Outros ativos financeiros | 12 | - | 177.755 | Provisão para contingências | 21 | 18.960 | 22.921 |
| Partes relacionadas | 15 | 83.438 | 18.133 | Total do passivo não circulante | | 310.428 | 329.347 |
| | | 105.722 | 278.448 | Total do passivo | | 548.501 | 735.037 |
| Investimentos | 12 | 318 | 186.080 | Patrimônio líquido | 22 | | |
| Imobilizado | 13 | 345.541 | 1.139.532 | Capital social | | 10.043 | 966.915 |
| Intangível | 14 | 13 | 15.637 | Reserva de capital | | 99.513 | 99.513 |
| | | 345.872 | 1.341.249 | Ajustes de avaliação patrimonial | | 954 | 13.781 |
| Total do ativo não circulante | | 451.594 | 1.619.697 | Reservas de lucro | | 261.388 | 585.210 |
| Total do ativo | | 920.399 | 2.400.456 | Total do patrimônio líquido | | 371.898 | 1.665.419 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 920.399 | 2.400.456 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado

Período de um mês findo em 31 de janeiro

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

| | <u>Notas</u> | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Operações em continuidade | | | |
| Receita líquida | 23 | 52.150 | 45.305 |
| Lucro bruto | | <u>52.150</u> | <u>45.305</u> |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Despesas gerais administrativas | 24 | (298) | (114) |
| Resultado com participações societárias | 12 | 50 | 46 |
| | | <u>(248)</u> | <u>(68)</u> |
| Lucro antes do resultado financeiro | | <u>51.902</u> | <u>45.237</u> |
| Receitas financeiras | 25 | 4.439 | 6.683 |
| Despesas financeiras | 25 | (2.613) | (5.601) |
| Resultado financeiro | | <u>1.826</u> | <u>1.082</u> |
| Lucro do período das operações continuadas | | <u>53.728</u> | <u>46.319</u> |
| Operações descontinuadas | | | |
| Prejuízo do período proveniente de operações descontinuadas | 1 (c) | (14.801) | (26.477) |
| Lucro líquido do período | | <u>38.927</u> | <u>19.842</u> |
| Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação) | | | |
| Lucro básico e diluído por ação | | | |
| De operações continuadas | | 376,36 | 371,09 |
| De operações descontinuadas | | (103,68) | (212,13) |
| | | <u>272,68</u> | <u>158,96</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado abrangente
Período de um mês findo em 31 de janeiro
Em milhares de reais

| | <u>Notas</u> | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do período | | <u>38.927</u> | <u>19.842</u> |
| Operações em continuidade | | | |
| Ganho líquido de valor justo | | 61 | 68 |
| Tributos diferidos sobre a variação do valor justo | | <u>(21)</u> | <u>(23)</u> |
| Resultado abrangente das operações em continuidade | | <u>38.967</u> | <u>19.887</u> |
| Operações descontinuadas | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas | 12 | <u>44</u> | <u>4.430</u> |
| Resultado abrangente das operações descontinuadas | | <u>44</u> | <u>4.430</u> |
| Resultado abrangente total do período | | <u><u>39.011</u></u> | <u><u>24.317</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de um mês findo em 31 de janeiro

Em milhares de reais

| | Capital social | Reserva de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Reservas de lucro | | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|----------------------------------------------------|----------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| | | | | Reserva legal | Retenção de lucros | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 845.430 | 25.180 | 13.013 | 34.276 | 444.827 | - | 1.362.726 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | 19.842 | 19.842 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | |
| Ganho líquido de valor justo | - | - | 68 | - | - | - | 68 |
| Tributos diferidos sobre a variação do valor justo | - | - | (23) | - | - | - | (23) |
| Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas | - | - | 4.430 | - | - | - | 4.430 |
| Total do resultado abrangente do período | - | - | 4.475 | - | - | 19.842 | 24.317 |
| Em 31 de janeiro de 2017 | 845.430 | 25.180 | 17.488 | 34.276 | 444.827 | 19.842 | 1.387.043 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 966.915 | 99.513 | 13.781 | 47.944 | 537.266 | - | 1.665.419 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | 38.927 | 38.927 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | |
| Ganho líquido de valor justo | - | - | 61 | - | - | - | 61 |
| Tributos diferidos sobre a variação do valor justo | - | - | (21) | - | - | - | (21) |
| Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas | - | - | 44 | - | - | - | 44 |
| Total do resultado abrangente do período | - | - | 84 | - | - | 38.927 | 39.011 |
| Outras mutações no patrimônio líquido | | | | | | | |
| Baixa por cisão (Nota 1 (c)) | (956.872) | - | (12.911) | (45.935) | (316.814) | - | (1.332.532) |
| Em 31 de janeiro de 2018 | 10.043 | 99.513 | 954 | 2.009 | 220.452 | 38.927 | 371.898 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de um mês findo em 31 de janeiro de
Em milhares de reais

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro do período, incluindo operações descontinuadas | 38.927 | 19.842 |
| Ajustes de | | |
| Depreciação e amortização | 1.194 | 980 |
| Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos | (6) | (7) |
| Reversão de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa | (1) | (1) |
| Reversão de provisão para litígios | (91) | - |
| Rendimento de títulos e valores mobiliários e variação cambial | (2.908) | (871) |
| Juros sobre empréstimos e financiamento | 2.595 | 5.601 |
| Valor residual de imobilizado baixado | 190 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 579 | 2.362 |
| Ajustes de capital de giro | | |
| Aumento de contas a receber | (12.139) | (8.867) |
| (Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar | 1.279 | (961) |
| Aumento de estoque de imóveis | (212) | (12) |
| Aumento de depósitos judiciais | (5) | (40) |
| (Aumento) / redução de partes relacionadas | (150) | 219 |
| Aumento de outros ativos | (748) | (583) |
| Redução nas contas a pagar | (214.577) | (178.690) |
| Redução dos tributos a recolher | (1.233) | (855) |
| Aumento / (redução) de salários e encargos sociais | 152 | (452) |
| Redução de provisão para litígios | (447) | - |
| Aumento de outras contas a pagar | 3.044 | 952 |
| Juros pagos | (2.382) | (6.197) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (186.939) | (167.580) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aporte em títulos e valores mobiliários | (9.028) | - |
| Resgate de títulos e valores mobiliários | 153.500 | 34.075 |
| Aquisição de imobilizado | (1.158) | (104) |
| Aquisição de investimentos | (1.500) | - |
| Aporte de capital em investidas | (65) | (1.005) |
| Custos de desenvolvimento | (2.228) | - |
| Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento | 139.521 | 32.966 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortização do principal das debêntures | (9.590) | (9.590) |
| Dividendos pagos | (2) | - |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (9.592) | (9.590) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido | (57.010) | (144.204) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 402.165 | 517.909 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de janeiro | 345.155 | 373.705 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido | (57.010) | (144.204) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração o valor adicionado
Período de um mês findo em 31 de janeiro
Em milhares de reais

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas | | |
| Receita SCP | 74.423 | 68.638 |
| Receita bruta com vendas, serviços, locações e arrendamentos | 3.398 | 3.426 |
| Outras receitas | 272 | 185 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição) | 1 | 1 |
| | <u>78.094</u> | <u>72.250</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados | (1.000) | (925) |
| Custos de publicidade | (278) | (2.692) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (8.348) | (7.476) |
| Gastos com convênios | (2.230) | (10.657) |
| Recuperação de valores ativos | 6 | 7 |
| | <u>(11.850)</u> | <u>(21.743)</u> |
| Valor adicionado bruto | <u>66.244</u> | <u>50.507</u> |
| Depreciação e amortização | (1.194) | (980) |
| Valor adicionado líquido produzido | <u>65.050</u> | <u>49.527</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Participação nos lucros de controladas e coligadas | (579) | (2.362) |
| Receitas financeiras | 5.569 | 7.050 |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>70.040</u> | <u>54.215</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal - remuneração direta | (3.621) | (2.743) |
| Pessoal - benefícios | (552) | (487) |
| FGTS | (236) | (223) |
| Impostos, taxas e contribuições | (23.853) | (25.052) |
| Federais | (23.616) | (23.815) |
| Estaduais | (80) | (77) |
| Municipais | (157) | (1.160) |
| Juros e variações cambiais | (2.690) | (5.824) |
| Alugueis | (161) | (44) |
| Lucros retidos | (38.927) | (19.842) |
| Valor adicionado distribuído | <u>(70.040)</u> | <u>(54.215)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Companhia com a finalidade de promover a abertura de seu capital, programada para se concretizar durante o exercício de 2018. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, após efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformará em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital objetiva diversificar o capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de Nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida. Os recursos obtidos com a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(c) Reorganização societária – Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, rerratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Companhia decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), sendo criada a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – CODEMGE (“Codemge”) onde foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge será a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

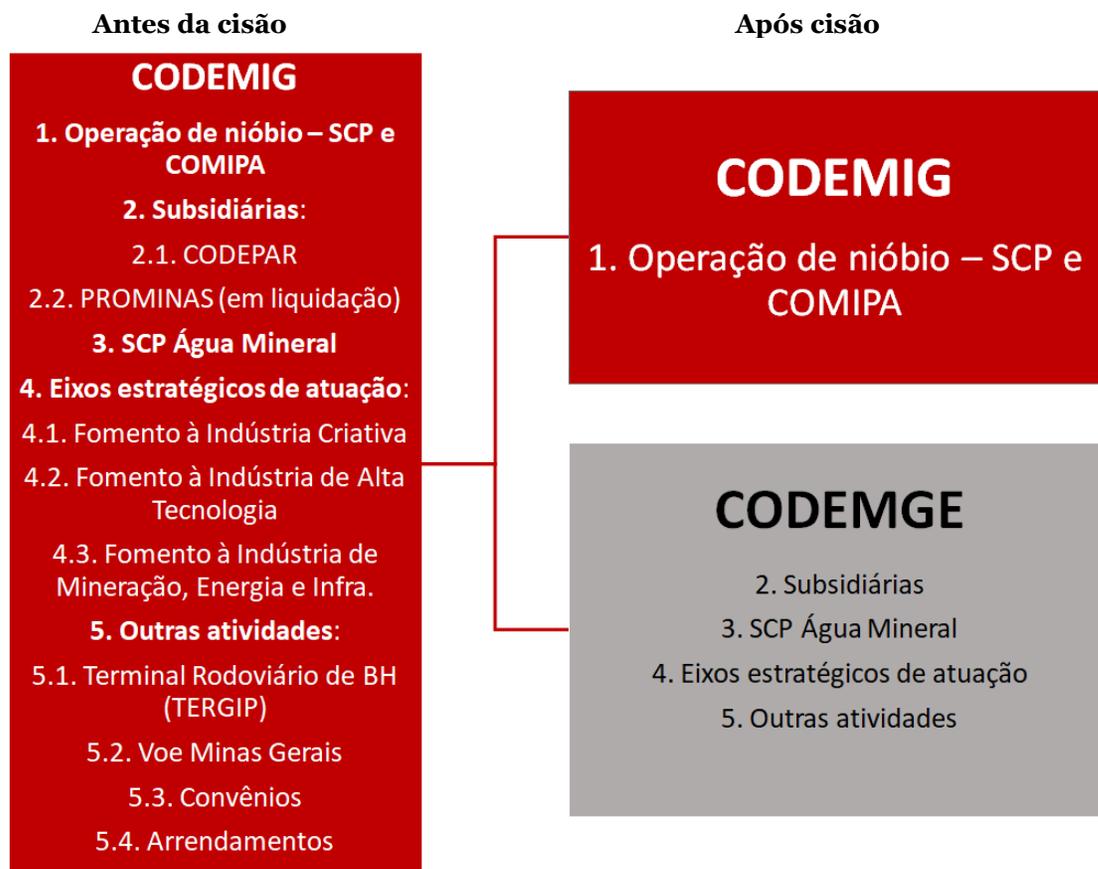
- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, resumo dos negócios que serão geridos por cada uma das empresas resultantes da cisão:



A partir da cisão, a Codemig terá como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (Nota 1.(b)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intermediários ou intercalares mensais, por deliberação do Conselho de Administração.

O objeto social da Companhia após a cisão segue os dispositivos legais determinados na lei de sua criação, e por esse motivo não puderam ser alterados a fim de restringir a atuação da Codemig àquela mencionada acima – atividades vinculadas à operação de nióbio derivado da Escritura Pública de constituição da SCP com a CBMM. Portanto, não houve alteração do objeto social da Codemig, mencionado na Nota 1, no processo de reorganização societária, e isso significa que a Companhia está autorizada, e não obrigada, a realizar as ações promotoras do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, muito embora não haja tal intenção pela sua administração. A Codemge, conforme mencionado anteriormente, assumirá todas as atuais atividades realizadas pela Codemig que não participação no negócio de Nióbio.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovado pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

| Ativo | 31/01/2018 | Passivo | 31/01/2018 |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|-------------------|
| Circulante | | Circulante | |
| Títulos e valores mobiliários | 130.766 | Contas a pagar | 16.530 |
| Contas a receber | 4.483 | Tributos a recolher | 991 |
| Dividendos antecipados e a receber | 394 | Salários e encargos sociais | 11.117 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 620 | Outras contas a pagar | 5.609 |
| Outros ativos circulantes | 1.027 | | |
| | | Total do passivo circulante | 34.247 |
| Total do ativo circulante | 137.290 | | |
| Não circulante | | Não circulante | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 14.942 | Contas a pagar | 4.180 |
| Depósitos judiciais | 16.200 | Provisão para contingências | 3.423 |
| Estoque de imóveis a comercializar | 30.707 | Partes relacionadas | 98.110 |
| Outros ativos financeiros | 177.756 | | |
| Partes relacionadas | 97.182 | Total do passivo não circulante | 105.713 |
| Investimentos | 186.792 | Patrimônio líquido | |
| Imobilizado | 793.800 | Capital social | 956.872 |
| Intangível | 17.823 | Ajustes de avaliação patrimonial | 12.911 |
| | | Reservas de lucro | 362.749 |
| Total do ativo não circulante | 1.335.202 | | |
| | | Total do patrimônio líquido | 1.332.532 |
| Total do ativo | 1.472.492 | Total do passivo e patrimônio líquido | 1.472.492 |

Operações descontinuadas

As operações descontinuadas referem-se ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, quando foi criada, por intermédio de cisão parcial de parte do patrimônio da Codemig, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – CODEMGE (“Codemge”), constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos do §2º do artigo 229 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A nova companhia será responsável pela continuidade das ações de fomento ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que anteriormente eram conduzidas pela Codemig, recebendo todas as atividades e patrimônios relacionados a elas, com exceção do negócio de exploração de nióbio, descrito na Nota 1.(b). A administração optou pela reorganização societária no contexto de abertura de capital da Codemig, visando segregar riscos e otimizar as atividades de ambas as sociedades.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Resultado líquido de operações descontinuadas

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida | 2.977 | 3.020 |
| Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados | (1.000) | (925) |
| Lucro bruto | <u>1.977</u> | <u>2.095</u> |
| Receitas (despesas) operacionais | | |
| Despesas gerais e administrativas | (11.399) | (13.514) |
| Gastos com convênios | (2.230) | (10.657) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (3.573) | (2.137) |
| Resultado com participações societárias | (629) | (2.408) |
| | <u>(17.831)</u> | <u>(28.716)</u> |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | <u>(15.854)</u> | <u>(26.621)</u> |
| Receitas financeiras | 1.130 | 367 |
| Despesas financeiras | (77) | (223) |
| Resultado financeiro | <u>1.053</u> | <u>144</u> |
| Prejuízo do período | <u>(14.801)</u> | <u>(26.477)</u> |

As operações descontinuadas apresentam prejuízo de R\$14.801 em 31 de janeiro de 2018, totalmente atribuível a seus acionistas.

(ii) Fluxo de caixa das operações descontinuadas

| | <u>2018</u> |
|-----------------------------------------------------------------|-------------|
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (6.906) |
| Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento | 6.906 |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | - |
| Variação de caixa e equivalentes de caixa, líquido | <u>-</u> |

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais da Codemig foi aprovada pela administração da Companhia em 18 de maio de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.3.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1. Investimento

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e da Companhia não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Nos períodos apresentados a Companhia detinha participação nos seguintes investimentos:

| Investidas | Principal atividade | % participação | |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------|------------|
| | | 31/01/2018 | 31/12/2017 |
| Controladas | | | |
| CODEPAR - Codemig Participações | Invest. em parcerias de desenvolvimento | Cindida (Nota 1 (c)) | 100 |
| CODEÁGUAS Águas Minerais | Extração e comércio de água mineral | Cindida (Nota 1 (c)) | 99 |
| PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções (em liquidação) | Locação de instalações | Cindida (Nota 1 (c)) | 91 |
| Coligadas | | | |
| COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá | Mineração de nióbio | 51 | 51 |
| IAS - Indústria de Aviação e Serviços | Mecânica aeroespacial | Cindida (Nota 1 (c)) | 15 |
| Helibrás - Helicópteros do Brasil | Aeroespacial | Cindida (Nota 1 (c)) | 16 |
| Vodafone Brasil – Datora Mobile | Telecomunicações móvel | Cindida (Nota 1 (c)) | 43 |

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Com a vigência da referida Norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

(ii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

(iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, FVOCI ou FVTPL.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(v) Redução ao valor recuperável

O IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda vida.

(c) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

(d) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e ao contrato de arrendamento mantido com a sua coligada.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

| | |
|---------------------------|-------------|
| Prédios e Benfeitorias | 78 anos |
| Equipamentos operacionais | 5 a 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

(h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Companhia (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições da Companhia para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração das receitas da Companhia.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado, o que ocorre usualmente em bases mensais, pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (sócia ostensiva da SCP).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo em suas principais empresas, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal substancialmente não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de janeiro de 2018

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e não ocorreram alterações significantes nas práticas contábeis dos arrendadores, a administração não espera nenhum impacto com a adoção dessa nova norma.

2.5 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

A Companhia apurou prejuízos fiscais no valor de R\$ 4.755 no período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 (R\$ 8.658 no período de um mês findo em 31 de janeiro de 2017). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% dos lucros projetados, conforme benefício fiscal vigente. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

Em casos de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos fiscais, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido. Considerando que a Cisão manteve 21,82% do patrimônio da Companhia, em 31 de janeiro de 2018 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia, pós-cisão, é de R\$ 624.818 (R\$ 2.857.630 em 31 de dezembro de 2017).

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

| | <u>Menos de um ano</u> | <u>Entre um e dois anos</u> | <u>Entre dois e cinco anos</u> | <u>Acima de cinco anos</u> |
|----------------------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| Em 31 de janeiro de 2018 | | | | |
| Contas a pagar | 39.090 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 116.541 | 113.460 | 94.210 | - |
| Adiantamentos recebidos | - | - | 50.912 | 32.526 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | | | | |
| Contas a pagar | 270.197 | 4.180 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 116.193 | 113.460 | 103.935 | - |
| Adiantamentos recebidos | - | - | 51.567 | 32.945 |

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas significativas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme abaixo:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's) | | |
| BB | 12.713 | 6.956 |
| B- | 1 | 1 |
| Outros | 2 | 2 |
| | <u>12.716</u> | <u>6.959</u> |
| Caixa | <u>44</u> | <u>28</u> |
| Total | <u>12.760</u> | <u>6.987</u> |
| Aplicações financeiras (Standard & Poor's) | | |
| BB | 162.124 | 226.057 |
| BBB | 40.924 | 40.675 |
| B- | 59.009 | 58.269 |
| BBB- | <u>70.338</u> | <u>70.177</u> |
| | <u>332.395</u> | <u>395.178</u> |
| Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's) | | |
| BB | 10.006 | 238.867 |
| B- | 20.527 | 20.378 |
| (Fitch Ratings) | | |
| AA(bra) | <u>11.727</u> | <u>11.666</u> |
| | <u>42.260</u> | <u>315.911</u> |

(c) Risco de mercado - risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado aos empréstimos de longo prazo. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis mínimos de risco dentro do contexto de suas operações. Atualmente a Companhia está exposta principalmente a variação do CDI, índice atrelado à correção das debêntures, seu principal passivo. Por outro lado, os saldos de aplicação financeiras da Companhia são substancialmente atrelados também a este índice, reduzindo os impactos de sua variação. Vale ressaltar que nos últimos exercícios, a Companhia vem apresentando seu saldo de caixa e equivalentes de caixa superior ao saldo da dívida.

(d) Risco cambial

A Companhia possuía risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na Nota 20, realizados em Iene. Tais riscos a exposição cambial eram acompanhados pela administração da Companhia, que avaliava periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como mencionado na Nota 20, foi estabelecido nos atos societários da cisão (Nota 1(c)), que o passivo de adiantamento de receitas seria vertido para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos).

(e) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. A taxa básica de juros em 31 de janeiro de 2018 era de 7% e o iene estava cotado à R\$ 0,0290. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% da taxa básica. A administração, baseada em estimativas de mercado, estima que o cenário provável da taxa básica de juros ao final de 2018 represente uma queda de 0,75%, enquanto espera uma alta de 4% da cotação do iene. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados nos próximos 12 meses, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

| | Saldo contábil | Nocional | Indexador | Taxa / cotação atual | Taxa / cotação esperada |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Ativo | | | | | |
| Aplicações financeiras | 342.401 | 342.401 | CDI | 7% | 6,25% |
| Letras financeiras | 20.527 | 20.527 | CDI | 7% | 6,25% |
| Partes relacionadas – Codemge | 83.438 | 2.902.387 | Iene | 0,0290 | 0,0302 |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 324.211 | 324.211 | CDI | 7% | 6,25% |
| Adiantamentos de receitas - SCP | 83.438 | 2.902.387 | Iene | 0,0290 | 0,0302 |
| | | | | | Cenários |
| | Provável | +25% | +50% | -25% | -50% |
| CDI | | | | | |
| Aplicações financeiras | 21.400 | 26.750 | 32.100 | 16.050 | 10.700 |
| Letras financeiras | 1.283 | 1.604 | 1.924 | 962 | 641 |
| Empréstimos e financiamentos | (20.263) | (25.329) | (30.395) | (15.197) | (10.132) |
| Iene | | | | | |
| Partes relacionadas - Codemge | 4.214 | 26.127 | 48.040 | (17.699) | (39.612) |
| Adiantamentos de receitas - SCP | (4.214) | (26.127) | (48.040) | 17.699 | 39.612 |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital visando manter o seu desenvolvimento futuro pautado pelas diretrizes do seu estatuto social. A Companhia monitora a relação dívida patrimônio e índices vinculados aos *covenants* derivados da 1ª emissão de debêntures da Codemig.

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Total dos empréstimos (Nota 17) | 324.211 | 333.588 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | <u>(345.155)</u> | <u>(402.165)</u> |
| Dívida líquida (se negativo, caixa líquido) | <u>(20.944)</u> | <u>(68.577)</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>371.898</u> | <u>1.665.419</u> |
| Total do capital (Nota 22) | <u>10.043</u> | <u>966.915</u> |

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão das debêntures, cujo descumprimento pode acarretar o vencimento antecipado da dívida, ou seja, o pagamento imediato de todas as obrigações pecuniárias estabelecidas. Entre essas cláusulas, destaca-se o cumprimento de *covenants* ou índices financeiros, que são acompanhados semestralmente pela Codemig e revisados por seus auditores independentes. Dessa maneira, a razão Dívida Líquida/EBITDA, conforme definidos na Escritura, não pode ultrapassar 2,5, a razão Dívida Total/EBITDA, conforme definidos na Escritura, não pode ultrapassar 7,5 e a Companhia não pode assumir novas dívidas cujo valor individual seja superior a R\$100.000. A Companhia não assumiu novas dívidas após a emissão das debêntures. Considerando a periodicidade semestral da análise de *convenants*, não houve necessidade de cálculo dos mesmos na data de 31 de janeiro de 2018. Abaixo, quadro com os *covenants* referentes ao segundo semestre de 2017:

ÍNDICES

Dívida líquida/EBTIDA (índice máximo de 2,5 vezes)

| <u>Descrição</u> | <u>Valor</u> |
|--------------------------|--------------|
| Dívida líquida (A) | (355.921) |
| EBTIDA (C) | 538.398 |
| $\frac{(A)}{(C)} = 0,66$ | (0,66) |

Dívida total/EBTIDA (índice máximo de 7,5 vezes)

| <u>Descrição</u> | <u>Valor</u> |
|--------------------------|--------------|
| Dívida total (B) | 333.588 |
| EBTIDA (C) | 538.398 |
| $\frac{(B)}{(C)} = 0,62$ | 0,62 |

Os demais itens dispostos na cláusula 6.1 da Escritura estabelecem outras condições cujo descumprimento pode levar ao vencimento antecipado da operação, relacionadas às obrigações pecuniárias e não-pecuniárias assumidas e exigências de caráter societário, como a necessidade de anuência dos debenturistas em caso de alteração no controle acionário da emissora ou na ocorrência de cisões ou fusões da emissora ou da SCP na qual é sócia. Em decorrência da cisão mencionada na Nota 1 (c), a Companhia enviou notificação de resgate antecipado aos debenturistas, conforme descrito na Nota 28 (a).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia não apresentava ativos e passivos mensurados ao valor justo.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos | | |
| Custo amortizado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 345.155 | 402.165 |
| Títulos e valores mobiliários | 42.260 | 315.911 |
| Contas a receber | 78.899 | 71.242 |
| Dividendos a receber | 1.121 | 1.515 |
| Contas a receber com partes relacionadas | 98.110 | 18.133 |
| | <u>565.545</u> | <u>808.966</u> |
| FVOCI | | |
| BDMG | - | 177.755 |
| | - | <u>177.755</u> |
| Total de instrumentos financeiros ativos | <u>565.545</u> | <u>986.721</u> |
| Passivos | | |
| Custo amortizado | | |
| Contas a pagar | 39.090 | 274.377 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | 78.899 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 324.211 | 333.588 |
| Adiantamento recebidos | 83.438 | 84.512 |
| Total de instrumentos financeiros passivos | <u>525.638</u> | <u>692.477</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos conta movimento | 12.760 | 6.987 |
| Certificados de depósitos bancários – CDB | <u>332.395</u> | <u>395.178</u> |
| | <u>345.155</u> | <u>402.165</u> |

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média de 103,42% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 (102,03% no exercício de 2017).

6 Títulos e valores mobiliários

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fundos de investimento (i) | 10.006 | 283.867 |
| FIDC – APL Minas Gerais (ii) | 11.727 | 11.666 |
| Letras Financeiras (iii) | <u>20.527</u> | <u>20.378</u> |
| | <u>42.260</u> | <u>315.911</u> |
| Circulante | 22.260 | 295.911 |
| Não circulante | <u>20.000</u> | <u>20.000</u> |
| | <u>42.260</u> | <u>315.911</u> |

- (i) Os fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e possuem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro.
- (ii) O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios APL Minas Gerais é classificado como um fundo de fomento mercantil, nos termos da Deliberação ANBIMA. É regido pelas disposições legais regulamentares, especialmente a Resolução CMN N° 2.907/01 e a Instrução CVM n° 356/01, e alterações posteriores. O fundo é administrado pelo Bancoob DTVM, vencedora de processo licitatório conduzido pela Companhia.

A Codemig manifestou junto à Administradora do FIDC – APL Minas Gerais sua intenção em liquidar antecipadamente o fundo, considerando a expectativa de não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM N° 356/2001 e os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do fundo está apresentada da seguinte maneira:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| FIDC - APL Minas Gerais | | |
| Saldo inicial | 11.666 | 11.091 |
| Valorização de cotas | 61 | 575 |
| Total | <u>11.727</u> | <u>11.666</u> |

Em 9 de fevereiro o fundo foi liquidado e o saldo creditado para a Companhia (Nota 28(b)).

- (iii) A Codemig aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo com o vencimento em 16 de outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 31 de janeiro de 2018 a Companhia possuía juros acumulados em R\$527 que serão recebidos em 20 de abril de 2018, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI.

7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando que o recebimento contratualmente mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do período, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, a Companhia possuía em 2017 valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Sociedade em Conta de Participação:</u> | | |
| CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração | 78.899 | 65.699 |
| <u>Outros contas a receber:</u> | | |
| Arrendamentos e recebíveis operacionais | - | 13.858 |
| Contas a receber por venda de imóveis | - | 445 |
| Demais contas | - | 126 |
| | <u>78.899</u> | <u>80.128</u> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | (8.886) |
| | <u>78.899</u> | <u>71.242</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| A Vencer | 78.899 | 68.803 |
| Vencidos: | - | - |
| Até 30 dias | - | 182 |
| Entre 30 e 60 dias | - | 208 |
| Entre 60 e 90 dias | - | 1.204 |
| Entre 90 e 180 dias | - | 418 |
| Há mais de 180 dias | - | 9.313 |
| | <u>78.899</u> | <u>80.128</u> |

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionada à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico de inadimplência.

A Companhia constitui provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa (“PDD”), quando a administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos. A administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis e constitui provisão para perdas prováveis com base em seu julgamento. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | (8.886) | (6.566) |
| Constituição | - | (2.861) |
| Reversão por recebimento do título | 1 | 140 |
| Reversão por baixa do título / perda | 1.339 | 401 |
| Baixa por cisão | 7.546 | - |
| Saldo final | <u>-</u> | <u>(8.886)</u> |

Muito embora conceitualmente deveria haver provisão para perda nos termos do IFRS 9 (Nota 2.3(b)), considerando a característica do contas a receber e a cisão realizada (Nota 1(c)), o eventual efeito em 2018 é irrelevante.

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

8 Dividendos a receber

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Juros sobre capital próprio BDMG | - | 394 |
| Dividendos a receber Comipa | 1.121 | 1.121 |
| | <u>1.121</u> | <u>1.515</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2018 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Pelo fato da Companhia apresentar prejuízo fiscal recorrente, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação (PIS, COFINS e IRRF sobre a folha de pagamentos).

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda | 8.053 | 23.855 |
| Contribuição social | - | 727 |
| Outros impostos e contribuições a recuperar | - | 6 |
| | <u>8.053</u> | <u>24.588</u> |
| Circulante | 6.698 | 9.647 |
| Não circulante | <u>1.355</u> | <u>14.941</u> |
| | <u>8.053</u> | <u>24.588</u> |

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

10 Depósitos judiciais

Referem-se a valores depositados em juízo pela CBMM ao INSS em razão de discussões sobre verbas trabalhistas. A proporção de 25% (participação da Companhia como sócia oculta da SCP) é reduzida diretamente do contas a receber da SCP até o encerramento do processo. Caso haja êxito da CBMM, o valor será revertido pela mesma e entregue à Companhia, corrigido pelas atualizações previstas em lei. Caso a justiça negue o pedido da CBMM, nenhum outro valor será cobrado da Companhia, sendo apenas levantado o depósito pela contraparte. O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa | - | 15.736 |
| Demais depósitos | <u>929</u> | <u>1.388</u> |
| | <u>929</u> | <u>17.124</u> |

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio da Companhia e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

| | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------------|-------------------|
| Distritos industriais | 10.124 |
| Ribeirão das Neves | 27.185 |
| Sete Lagoas | 1.632 |
| Governador Valadares | 1.244 |
| | <u>40.185</u> |
| Provisão para redução ao valor recuperável | <u>(9.690)</u> |
| | <u>30.495</u> |

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

12 Participações societárias e outros ativos financeiros

A carteira de participações societárias era composta por empresas controladas e coligadas, sendo que após a cisão a Codemig permaneceu apenas com a participação societária da Comipa, investida que compartilha o controle com a CBMM. Na referida cisão, foram vertidos à Codemig, investimentos em participações societárias em coligadas com influência significativa e em controlada e instrumentos financeiros, tais como participações societárias sem influência significativa e quotas em fundos de investimentos em participações. Para análise dos saldos dos patrimônios cindidos, vide Nota 1(c).

Outros ativos financeiros

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| BDMG | | |
| Saldo inicial | 177.755 | 175.960 |
| Capitalização do JCP | - | 791 |
| Capitalização dos dividendos | - | 1.004 |
| Baixa por cisão | (177.755) | - |
| | <u>-</u> | <u>177.755</u> |
| FIDC – APL Minas Gerais | | |
| Saldo inicial | - | 11.091 |
| Valorização de cotas | - | 575 |
| Reclassificação para TVM (fundo em liquidação) | - | (11.666) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>-</u> | <u>177.755</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos em participações societárias

A Companhia possui investimento na Comipa, empresa controlada em conjunto com a CBMM, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.055.520 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%.

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> | |
|----------------------|------------------------------------------|-------------------|----------------|
| <u>Investimentos</u> | <u>Valor patrimonial do investimento</u> | <u>Total</u> | <u>Total</u> |
| CODEPAR | - | - | 180.260 |
| CODEÁGUAS | - | - | 1.831 |
| PROMINAS | - | - | 2.446 |
| COMIPA | <u>318</u> | <u>318</u> | <u>268</u> |
| Outros investimentos | - | - | 1.275 |
| | <u>318</u> | <u>318</u> | <u>186.080</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período de um mês findo em 31 de janeiro:

| Controladas e coligadas | Saldo em 31/12/2017 | Aquisição de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos | Baixa por cisão (Nota 1(c)) | Saldo em 31/01/2018 |
|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------|
| CODEPAR | 180.260 | - | (584) | 44 | (179.720) | - |
| CODEÁGUAS | 1.831 | 60 | (194) | - | (1.697) | - |
| PROMINAS | 2.446 | - | 153 | - | (2.599) | - |
| SCP Água mineral | - | 1.500 | - | - | (1.500) | - |
| COMIPA | 268 | - | 50 | - | - | 318 |
| Outros investimentos | 1.275 | 5 | (4) | - | (1.276) | - |
| | <u>186.080</u> | <u>1.565</u> | <u>(579)</u> | <u>44</u> | <u>(186.792)</u> | <u>318</u> |

| Controladas e coligadas | Saldo em 31/12/2016 | Aquisição de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos (i) | Saldo em 31/01/2017 |
|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| CODEPAR | 349.259 | - | (1.499) | 3.808 | 351.568 |
| CODEÁGUAS | 1.336 | - | (199) | - | 1.137 |
| PROMINAS | 6.529 | 1.000 | (707) | 622 | 7.444 |
| COMIPA | 268 | - | 46 | - | 314 |
| Outros investimentos | 1.265 | 5 | (3) | - | 1.267 |
| | <u>358.657</u> | <u>1.005</u> | <u>(2.362)</u> | <u>4.430</u> | <u>361.730</u> |

(i) Refere-se, substancialmente, aos efeitos da contabilidade de hedge adotada pela coligada indireta Helicópteros do Brasil S.A. – Helibrás, cujo saldo foi cindido e vertido para a Codemge (Nota 1(c)).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 31 de janeiro de 2018:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

| | <u>Ativo circulante</u> | <u>Ativo não circulante</u> | <u>Passivo circulante</u> | <u>Passivo não circulante</u> | <u>Patrimônio líquido</u> | <u>Receita bruta</u> | <u>Lucros ou (prejuízos)</u> |
|----------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------|------------------------------|
| Controladas | | | | | | | |
| CODEPAR (i) | 5.304 | 174.436 | 20 | - | 179.720 | 724 | (584) |
| CODEÁGUAS (i) | 2.465 | 89 | 857 | - | 1.697 | 182 | (194) |
| PROMINAS (i) | 3.582 | 14 | 650 | 340 | 2.606 | 75 | 153 |
| Coligadas | | | | | | | |
| | <u>Patrimônio líquido</u> | <u>Lucros ou (prejuízos)</u> | | | | | |
| COMIPA | 624 | 98 | | | | | |
| SCP Água Mineral (i) | 3.000 | - | | | | | |

(b) Informações de resultado do período sob análise

| | <u>Lucros ou (prejuízos)</u> | <u>Outros resultados abrangentes</u> | <u>Resultado abrangente total</u> |
|--------------------|------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Controladas | | | |
| CODEPAR (i) | (584) | (44) | (628) |
| CODEÁGUAS (i) | (194) | - | (194) |
| PROMINAS (i) | 153 | - | 153 |
| Coligadas | | | |
| COMIPA | 98 | - | 98 |

(i) Empresas mantidas como investimentos em controladas pela Codemig até a data da cisão. Subsidiárias integraram o acervo de investimentos descontinuados, conforme Nota 1(c).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

| | Terrenos | Prédios e benfeitorias | Equipamentos operacionais | Imobilizado em andamento | Outros imobilizados | Total |
|----------------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|----------------------------|------------------|
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | | | |
| Custo | 257.413 | 566.864 | 67.122 | 158.707 | 16.748 | 1.066.854 |
| Depreciação acumulada | - | (117.486) | (33.349) | - | - | (150.835) |
| <i>Impairment</i> | (2.274) | (1.427) | - | (80) | - | (3.781) |
| Saldo contábil, líquido | 255.139 | 447.951 | 33.773 | 158.627 | 16.748 | 912.238 |
| Aquisições | | | 104 | | | 104 |
| Transferências | 5.649 | 11.351 | | (17.000) | | - |
| Depreciação - adições | | (610) | (355) | | | (965) |
| <i>Impairment</i> | | 7 | | | | 7 |
| Em 31 de janeiro de 2017 | 260.788 | 458.699 | 33.522 | 141.627 | 16.748 | 911.384 |
| Custo | 263.062 | 578.215 | 67.226 | 141.707 | 16.748 | 1.066.958 |
| Depreciação acumulada | - | (118.096) | (33.704) | - | - | (151.800) |
| <i>Impairment</i> | (2.274) | (1.420) | - | (80) | - | (3.774) |
| Saldo contábil, líquido | 260.788 | 458.699 | 33.522 | 141.627 | 16.748 | 911.384 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | | | | | | |
| Custo | 466.525 | 584.900 | 80.394 | 170.453 | 88 | 1.302.360 |
| Depreciação acumulada | - | (122.163) | (37.101) | - | - | (159.264) |
| <i>Impairment</i> | (2.224) | (1.340) | - | - | - | (3.564) |
| Saldo contábil, líquido | 464.301 | 461.397 | 43.293 | 170.453 | 88 | 1.139.532 |
| Aquisições | | | 183 | 975 | | 1.158 |
| Baixas | (83) | (373) | | | | (456) |
| Depreciação - adições | | (637) | (528) | | | (1.165) |
| Depreciação - baixas | | 266 | | | | 266 |
| <i>Impairment</i> | | 6 | | | | 6 |
| Baixa por cisão (Nota 1(c)) | (225.009) | (354.327) | (42.948) | (171.428) | (88) | (793.800) |
| Em 31 de janeiro de 2018 | 239.209 | 106.332 | - | - | - | 345.541 |
| Custo | 239.209 | 108.243 | - | - | - | 347.452 |
| Depreciação acumulada | - | (1.911) | - | - | - | (1.911) |
| Saldo contábil, líquido | 239.209 | 106.332 | - | - | - | 345.541 |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Instrumento de retificação à Justificação de Cisão Parcial da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, não compuseram a parcela de patrimônio cindido para a Codemge e, portanto, remanesceram no patrimônio da Companhia, o terreno de 349.000 m² situado no bairro Olhos D'Água, em Belo Horizonte, bem como a fração ideal correspondente a 41,48% do terreno, edificações e benfeitorias do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos, com padrão acústico internacional, e também é sede da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão, cujos valores correspondem a R\$ 167.900 e R\$ 177.641, respectivamente.

O Centro Cultural Presidente Itamar Franco, descrito acima, está cedido em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais). O terreno, por sua vez, aguarda destinação pela Companhia.

A situação destes ativos está condizente com o objeto social da Companhia (Nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

O intangível da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

| | Custos de desenvolvimento | Direitos contratuais | Marcas e patentes | Direitos de lavra e jazidas | Total |
|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | | |
| Custo | 8.747 | 860 | 209 | 12.100 | 21.916 |
| Amortização acumulada | - | (15) | - | - | (15) |
| <i>Impairment</i> | - | - | - | (11.866) | (11.866) |
| Saldo contábil, líquido | 8.747 | 845 | 209 | 234 | 10.035 |
| Amortização | - | (15) | - | - | (15) |
| Em 31 de janeiro de 2017 | 8.747 | 830 | 209 | 234 | 10.020 |
| Custo | 8.747 | 860 | 209 | 12.100 | 21.916 |
| Amortização acumulada | - | (30) | - | - | (30) |
| <i>Impairment</i> | - | - | - | (11.866) | (11.866) |
| Saldo contábil, líquido | 8.747 | 830 | 209 | 234 | 10.020 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | | | | | |
| Custo | 14.023 | 1.644 | 214 | 12.100 | 27.981 |
| Amortização acumulada | - | (312) | - | (3) | (315) |
| <i>Impairment</i> | - | - | - | (12.029) | (12.029) |
| Saldo contábil, líquido | 14.023 | 1.332 | 214 | 68 | 15.637 |
| Aquisições | 2.228 | - | - | - | 2.228 |
| Amortização | - | (29) | - | - | (29) |
| Baixa por cisão (Nota 1(c)) | (16.251) | (1.303) | (214) | (55) | (17.823) |
| Em 31 de janeiro de 2018 | - | - | - | 13 | 13 |
| Custo | - | - | - | 13 | 13 |
| Saldo contábil, líquido | - | - | - | 13 | 13 |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Partes relacionadas

(a) Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

| | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|-----------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 31/01/18 | 31/12/17 | 31/01/18 | 31/12/17 | 31/01/18 | 31/01/17 | 31/01/18 | 31/01/17 |
| Grupo econômico | | | | | | | | |
| BDMG | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio (Nota 8) | - | 394 | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos a pagar | - | - | 1 | 3 | - | - | - | - |
| MGI | | | | | | | | |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Partes relacionadas / contas a receber (i) | - | 17.992 | - | - | - | - | - | - |
| CODEÁGUAS | | | | | | | | |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Despesas compartilhadas | - | 141 | - | - | - | 141 | - | - |
| CODEMGE | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Partes relacionadas / contas a receber e a pagar (ii) | 14.672 | - | 78.899 | - | - | - | - | - |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Partes relacionadas / contas a receber e a pagar (Nota 20) (ii) | 83.438 | - | - | - | - | - | - | - |
| Coligadas | | | | | | | | |
| COMIPA | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Dividendos a receber (Nota 8) | 1.121 | 1.121 | - | - | - | - | - | - |
| Outros | | | | | | | | |
| CBMM | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Contas a receber / receita (Notas 7 e 23) | 78.899 | 65.699 | - | - | 74.423 | 68.638 | - | - |
| Contas a pagar / IR (Notas 16 e 23) | - | - | 33.546 | 249.736 | (22.277) | (23.337) | - | - |
| Outras (Nota 16) | - | - | 5.544 | 5.512 | - | - | - | - |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Adiantamento de recebíveis (Nota 20) | - | - | 83.438 | 84.512 | - | - | - | - |
| Convênios (Nota 1(a)) | | | | | | | | |
| Gastos com convênios | - | - | - | - | - | - | (2.230) | (10.657) |

(i) Refere-se a contas a receber da Minas Gerais Participações S.A. – MGI pela venda de parcela da participação da Codemig no BDMG, em 16 de junho de 2016. Referido conta a receber foi vertido para Codemge através da cisão (Nota 1(c)).

(ii) Os ativos e passivo mantidos com a Codemge, decorrem da cisão mencionada na Nota 1(c) e representam os saldos de contas a receber que a Companhia tem com a CBMM e adiantamentos de contrato de câmbio firmados pela Companhia que deverão ser, conforme atos societários da cisão, respectivamente, recebidos e pagos pela Codemig e repassados para a Codemge.

(b) A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, incluindo folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Gastos com convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido a cisão parcial mencionada na Nota 1(c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge, de modo que atualmente a Codemig não possui compromisso com convênio.

(d) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais).

(e) Remuneração da administração

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público. Portanto, não há despesas com remuneração da administração no resultado da Companhia em 31 de janeiro de 2018.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 totalizaram R\$ 548 e estão contabilizadas na Codemge (R\$ 468 em 31 de janeiro de 2017).

16 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e também os impostos gerados na operação da SCP e outras obrigações com a CBMM advindos da SCP. Após a cisão, não existem saldos de fornecedores a pagar nesta conta, considerando a cisão das diversas atividades para a Codemge.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ / CSLL– SCP (i) | 22.277 | 238.993 |
| Valores a pagar SCP (ii) | 11.269 | 10.743 |
| Saldos a ressarcir a SCP (iii) | 5.544 | 5.512 |
| Fornecedores nacionais | - | 19.129 |
| | <u>39.090</u> | <u>274.377</u> |
| Circulante | 39.090 | 270.197 |
| Não circulante | - | 4.180 |
| | <u>39.090</u> | <u>274.377</u> |

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pela Companhia como contas

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos. Tais saldos em aberto no balanço correspondem aos saldos dos tributos devidos acumulados do exercício corrente. Os saldos são acumulados até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente.

- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar da Companhia, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes ajustes de caixa em resultados futuros da SCP.
- (iii) Após reuniões realizadas ao longo do exercício de 2017, a Codemig e CBMM, após analisarem os termos da Escritura Pública e a interpretarem a mesma à luz dos reais fatos ocorridos, se manifestaram pela mudança de determinadas práticas, principalmente quanto à variações cambiais, adotadas para melhor refletir a essência da Escritura Pública. Essas mudanças de prática, geraram um saldo a ressarcir a CBMM de R\$ 5.260. Esse montante está sendo atualizado por 100% da taxa do CDI e será quitado até abril de 2018.

17 Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Debêntures | 325.990 | 335.580 |
| Juros | 1.383 | 1.305 |
| Custos da transação | (4.590) | (4.725) |
| Prêmio debêntures | 1.428 | 1.428 |
| | <u>324.211</u> | <u>333.588</u> |
| Circulante | 116.541 | 116.193 |
| Não circulante | 207.670 | 217.395 |
| | <u>324.211</u> | <u>333.588</u> |

Abaixo encontra-se apresentada a movimentação dos empréstimos:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 333.588 | 447.816 |
| Amortização do principal | (9.590) | (115.080) |
| Pagamento de juros | (2.382) | (48.905) |
| Juros incorridos | 2.595 | 48.329 |
| Provisão prêmio debêntures | - | 1.428 |
| Saldo final | <u>324.211</u> | <u>333.588</u> |

As debêntures foram emitidas em 14 de novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuem vencimento final em 14 de novembro de 2020, com a primeira amortização paga em 14 de novembro de 2014. No entanto, conforme mencionado na Nota 28(a) em 26 de fevereiro de 2018 ocorreu o resgate antecipado da totalidade das Debêntures de emissão da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram garantidas pelos recebíveis do Grupo com a CBMM, realizados através de sua SCP. Sua remuneração era de CDI + 2,25% a.a., cujos juros remuneratórios foram pagos mensalmente.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) existentes na escritura de emissão das debêntures, com base em determinados indicadores financeiros os quais devem ser apurados em bases semestrais. As cláusulas restritivas foram plenamente atendidas pela Companhia.

18 Tributos a recolher

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| PIS e COFINS | 502 | 796 |
| Imposto sobre mercadorias e serviços | 640 | 717 |
| Impostos e contribuições retidas de terceiros | 348 | 1.339 |
| Impostos e contribuições retidas sobre salários | 477 | 1.340 |
| | <u>1.967</u> | <u>4.192</u> |

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

19 Salários e encargos sociais

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| INSS | 826 | 2.260 |
| Provisão de férias e 13º salário | - | 5.590 |
| Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR) | - | 3.192 |
| Outros | 749 | 1.498 |
| | <u>1.575</u> | <u>12.540</u> |

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (Nota 1(c)).

20 Adiantamentos recebidos

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Adiantamento de receitas – SCP | 88.561 | 88.561 |
| Variação cambial de adiantamento de receitas – SCP | (5.123) | (4.049) |
| | <u>83.438</u> | <u>84.512</u> |

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar dos adiantamentos realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP. Do valor em aberto, R\$ 49.539 foram recebidos em 2015 e R\$ 39.022 em 2016 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, e entre 2020 e 2021 na segunda operação. Tais adiantamentos foram realizados em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na Nota 1(c), que o passivo de adiantamento de receitas – SCP seria vertido para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos).

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------|-------------------|-------------------|
| 2020 | 20.035 | 20.293 |
| 2021 | 20.035 | 20.293 |
| 2022 | 10.842 | 10.981 |
| 2023 | <u>32.526</u> | <u>32.945</u> |
| | <u>83.438</u> | <u>84.512</u> |

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de janeiro de 2018 estão demonstradas a seguir:

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Contingências trabalhistas | - | 140 |
| Contingências cível (i) | 18.960 | 21.406 |
| Contingências tributárias | - | 1.375 |
| | <u>18.960</u> | <u>22.921</u> |

- (i) Do saldo total, R\$18.960 (R\$18.960 em 31 de dezembro de 2017) decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010. Os ex-acionistas tem até 2020 para reclamarem os valores de indenização das ações resgatadas. O ex-acionista com maior representatividade é a Solaris Company Limited, que figura como polo ativo em uma ação contra a Codemig, visando aumentar o valor da indenização do resgate das ações, além do passivo já registrado conforme acima pela Companhia. Contudo, na opinião de especialistas, a ação movida pelo ex-acionista teve sua probabilidade de perda classificada como remota.

Exceto pelo processo cível mencionado em (i) acima, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia está envolvida em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos, no montante de R\$15.487 em 31 de janeiro de 2018 (R\$15.564 em 31 de dezembro de 2017), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Como mencionado acima, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social integralizado, está assim representado:

| | <u>31/01/2018</u> | | <u>31/12/2017</u> | |
|--------------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| | <u>Subscrito</u> | <u>Capital social</u> | <u>Subscrito</u> | <u>Capital social</u> |
| Saldo inicial | 966.915 | 966.915 | 845.430 | 845.430 |
| Aumento de capital | - | - | 121.485 | 121.485 |
| Baixa por cisão (Nota 1(c)) | (956.872) | (956.872) | - | - |
| | <u>10.043</u> | <u>10.043</u> | <u>966.915</u> | <u>966.915</u> |
| Quantidade de ações ordinárias | | <u>142.755</u> | | <u>142.755</u> |

Em 31 de janeiro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.043 (R\$ 966.915 em 31 de dezembro de 2017), representado por 142.755 ações, sendo que o Governo do Estado de Minas Gerais detinha 142.754 ações e a MGI - Minas Gerais Participações S/A detinha 1 ação.

Durante o mês de janeiro de 2018 o BDMG transferiu sua única ação ao MGI - Minas Gerais Participações S/A através de Contrato de Compra e Venda de Participação Acionária.

Em abril de 2017 foi aprovado em AGOE o aumento de capital da Companhia em R\$ 195.818 subscrito pelo acionista majoritário mediante a emissão de 17.936 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse aumento, R\$ 121.485 foram incorporadas ao capital social da Companhia, enquanto os R\$ 74.333 restantes foram destinadas à reserva de capital como ágio na emissão de ações, alterando o capital subscrito de R\$ 845.430 para R\$ 966.915 divididos em 142.755 ações. A integralização do capital subscrito foi substancialmente realizada com imóveis, no montante de R\$ 195.808, e os R\$ 10 restantes integralizados pela capitalização dos dividendos distribuídos na mesma oportunidade.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de janeiro de 2018 a reserva de capital era de R\$ 99.513 referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. O ágio ocorreu nos aumentos de capital social realizados em abril e outubro de 2016 e abril de 2017.

(d) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A Companhia já atingiu o limite legal de 20% do capital social, e, mantido esse capital social, não é mais legalmente obrigada mais a constituir tal reserva.

(ii) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destinou o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(e) Dividendos

Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia alteraram a política de dividendos autorizando sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. A nova política de dividendos também alterou o dividendo mínimo a ser distribuído para 70% dos lucros apurados, após as deduções legais.

Em 2017, a Companhia distribuiu R\$90.000 em dividendos intercalares, baseados nos lucros apresentados até a data de sua distribuição, que superaram os dividendos mínimos calculados nos termos do estatuto da Companhia, em seu artigo 7º § 4º, que correspondem a 25% do lucro líquido anual, após as deduções previstas em lei.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos mínimos do exercício de 2017:

| | <u>2017</u> |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 273.350 |
| Reserva legal (5%) | <u>(13.668)</u> |
| Base para dividendos | 259.682 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 64.921 |
| Dividendos distribuídos, excedentes ao mínimo | <u>25.079</u> |
| Total de dividendos distribuídos, referentes ao exercício de 2017 | 90.000 |

Durante a Assembleia Geral realizada em 12 de abril de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição de R\$92.270 de dividendos decorrentes dos resultados do exercício anterior, dos quais R\$55.027 já haviam sido provisionados ao final do exercício de 2016, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios daquele exercício social. Adicionalmente, em 24 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$40.000, debitados à conta de reserva de lucros.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos apresentados em ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 13.781 em 31 de dezembro de 2017, que demonstravam os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. Desse saldo foi cindido uma parcela de R\$ 12.911, restando R\$ 954 em 31 de janeiro de 2018. Para mais informações sobre a cisão (Nota 1 (c)).

23 Receita

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita – SCP | 74.423 | 68.638 |
| Receita com arrendamento da mina à COMIPA | <u>4</u> | <u>4</u> |
| Receita bruta | <u>74.427</u> | <u>68.642</u> |
| Impostos (i) | <u>(22.277)</u> | <u>(23.337)</u> |
| Receita líquida | <u>52.150</u> | <u>45.305</u> |
| Lucro Bruto | <u>52.150</u> | <u>45.305</u> |

(i) A Companhia recebe os recursos integrais de sua SCP para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados (Notas 1 e 16). Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas gerais e administrativas

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços de terceiros | (183) | - |
| Depreciação | <u>(115)</u> | <u>(114)</u> |
| | <u>(298)</u> | <u>(114)</u> |

25 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da sua dívida junto aos debenturistas. Ambas operações possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas | | |
| Juros recebidos de aplicações financeiras | 4.151 | 6.430 |
| Variação monetária ativa | <u>288</u> | <u>253</u> |
| | <u>4.439</u> | <u>6.683</u> |
| Despesas | | |
| IOF | (18) | - |
| Juros de empréstimos e financiamentos | <u>(2.595)</u> | <u>(5.601)</u> |
| | <u>(2.613)</u> | <u>(5.601)</u> |
| | <u>1.826</u> | <u>1.082</u> |

26 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Até a data de sua cisão, a Companhia apresentava prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil, uma vez que a maior receita da Companhia, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Companhia foram absorvidos pela CODEMGE, tornando mais provável a possibilidade de apuração de débitos de IRPJ e CSLL sobre os seus resultados.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 38.927 | 19.842 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (13.235) | (6.746) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | |
| Exclusão permanente do resultado da SCP | 17.730 | 15.402 |
| Exclusões / (adições) permanentes, líquidas | 260 | 2 |
| Ativo diferido não registrado (Nota 2.6 (a)) | <u>(4.755)</u> | <u>(8.658)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 0,00% | 0,00% |

27 **Lucro por ação**

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

| | <u>31/01/2018</u> | <u>31/01/2017</u> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro do período das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia | 53.728 | 46.319 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | <u>142.755</u> | <u>124.819</u> |
| Lucro básico e diluído por ação de operações continuadas (reais por ação) | <u>376,36</u> | <u>371,09</u> |
| Prejuízo do período das operações descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia | (14.801) | (26.477) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | <u>142.755</u> | <u>124.819</u> |
| Lucro básico e diluído por ação de operações descontinuadas (reais por ação) | <u>(103,68)</u> | <u>(212,13)</u> |

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Eventos subsequentes

(a) Resgate antecipado das debêntures de emissão da Companhia

A Companhia enviou Notificação de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Relata, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação (“Debêntures”), ativo registrado na B3 sob o código COMG11, aos Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador, em 1º de fevereiro de 2018, bem como solicitou criação de eventos de Resgate Total Antecipado, pagamento de Juros e Prêmio, em carta enviada à B3 S.A. – Segmento CETIP UTVM, em 1º de fevereiro de 2018.

O evento de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de emissão da Companhia ocorreu em 26 de fevereiro de 2018, mediante o pagamento integral do saldo nominal devido na data, acrescido de remuneração, calculada *pro rata temporis* (“Valor do Resgate Antecipado”), e de Prêmio de resgate, correspondente a 0,45%, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, no montante total de R\$318.807. As Debêntures resgatadas antecipadamente foram canceladas.

(b) FIDC – APL Minas Gerais

Em 2017 a Codemig já havia manifestado informalmente à Administradora do FIDC – APL Minas Gerais sua intenção em liquidar antecipadamente o fundo, considerando o não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM Nº 356/2001 e os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento. Em 9 de fevereiro de 2018, em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, foi aprovada a liquidação desse fundo, com o conseqüente crédito na conta corrente da Companhia no montante de R\$ 11.598.

* * *